

HABEAS CORPUS Nº 493.628 - SP (2019/0044039-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VITOR JOSÉ TOZZI CAVINA - PR055590
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CESAR ALBERTO DA CONCEICAO JUNIOR (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CESAR ALBERTO DA CONCEIÇÃO JUNIOR no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Os autos dão conta de que o Juízo da 1ª Vara das Execuções Criminais da Comarca de Araçatuba/SP indeferiu o pedido de comutação de pena, formulado com base no Decreto n. 8.172/2013 (e-STJ fl. 43).

Irresignado, a defesa interpôs agravo em execução penal, que foi desprovido, nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 75):

*AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL - Pretensão de Comutação de Penas com fulcro no Decreto Presidencial nº 8.172/2013 - Decisão que deferiu o pleito Pedido formulado, porém, quando as penas que poderiam ser atingidas por tal Decreto já estavam extintas - Impossibilidade de se comutar pena já integralmente cumprida ou de se reconhecer, após seu cumprimento, "crédito" a ser descontado de outra pena posterior.
Recurso não provido.*

Na presente impetração, alega a defesa que "é patente o constrangimento ilegal por que passa o paciente, tendo em vista que seu pedido de comutação foi formulado em 2015, porém, só foi analisado em 2017" (e-STJ fl. 5).

Aduz que "a declaração de comutação de penas com base no Decreto 8.172/2013 é de interesse do paciente, ainda que as penas privativas de liberdade referente as execuções 05 e 06, vigentes na data de sua publicação, já tenham sido declaradas extintas no momento da apreciação do pedido, pois esta declaração interfere diretamente na data do início e término de cumprimento das penas das execuções ainda

vigentes (execuções 07 e 08)" – e-STJ fl. 8.

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, "a concessão da ordem para, cassando o v. Acórdão proferido pela autoridade, ora coatora, deferir a comutação de penas com base no Decreto nº 8.172/2013" (e-STJ fl.8).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo da Execução, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

